



**MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE  
REUNIÃO ORDINÁRIA**

**DATA:** 16/12/2008

**HORÁRIO:** 14:00 às 17:00

**LOCAL:** SETP – Curitiba

**Participantes**

**Membros:**

| <b>SETP</b>                  | <b>COGEMAS</b>          |
|------------------------------|-------------------------|
| Carmen Cristina Zadra        | Adilson José dos Santos |
| Denise R. Arruda Colin       | Letícia Raymundo        |
| Ironi Camargo                | Márcia Mazzarotto       |
| Jucimeri Isolda Silveira     | Maria Regina Topan      |
| Renata Mareziuzek dos Santos | Simone B. Ferrari       |
| Solange Fernandes            |                         |
|                              |                         |
|                              |                         |

**Representantes da Secretaria Técnica:**

|                           |
|---------------------------|
| Kellen Cristina Dalcin    |
| Sandra C. Kloser Busnello |

**Convidados:**

|                               |
|-------------------------------|
| Andréia C. Baptista           |
| Creuza Lourdes de Melo        |
| Claudia Cherobim              |
| Gabriela Luciano da Silva     |
| Sandra Mancino                |
| Nircélio Zobot                |
| Rosilene Beatriz Dezordi Link |
| Silvane Vaz de Siqueira       |

**Pauta de reunião ordinária:**

- Aprovação da pauta da reunião;
- Aprovação da memória da reunião da CIB de 28/10/2008;
- Aprovação da memória da reunião de Câmara Técnica de 02/12/2008;
- Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos;
- Plano de Providências: repasse do monitoramento do município de Foz do Iguaçu e pactuação dos Planos de Providências de Araucária e Araruna;
- Apresentação do Quadro Orçamentário 2009 para a assistência social;
- Pactuação do Calendário de Reuniões para 2009.

**Informes:**

- Encontro Macroregional de Capacitação de Conselheiros Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa;
- BPC na Escola;
- Encontro de Gestores Estaduais do Programa Bolsa Família;
- Resoluções CIB/PR.

**Aprovação da pauta da reunião:**

Denise Colin, coordenadora da CIB, agradece a presença de todos confirmando o quorum mínimo, e questiona se há algum ponto de pauta a ser incluído, revisado ou retirado. É indicado que se acrescente o Plano de Monitoramento na pauta. Sem mais alterações, a pauta é aprovada.

**Aprovação da memória da reunião da CIB de 28/10/2008:**

Denise Colin coloca em apreciação a memória, e não havendo modificações, a mesma é aprovada.

**Aprovação da memória da reunião de Câmara Técnica de 02/12/2008:**

A coordenadora da CIB passa para apreciação da memória de Câmara Técnica realizada no início do mês de dezembro, que teve como pauta as reformulações dos aplicativos do Sistema de Informação da Política Estadual de Assistência Social - SIPEAS. Ela destaca que está sendo pautado em âmbito federal, através da CIT, a alteração da lógica de adesão dos municípios aos níveis de gestão do SUAS, com objetivo central de adotar um novo procedimento, no qual haverá adesão formal ao SUAS a partir do preenchimento dos instrumentos de gestão. Para estes aplicativos estão sendo utilizados como referência o roteiro dos instrumentos dos estados do Paraná e São Paulo. Dessa maneira, a proposta é de que seja estabelecido um protocolo integrado para todos os estados de forma a homogeneizar o preenchimento das informações por parte dos municípios brasileiros, para que haja um parâmetro mínimo na estruturação dos sistemas municipais de adesão ao SUAS. Haverá, ainda, possibilidade de cada estado complementar e ampliar este instrumento com as informações que considere fundamental para o monitoramento da política em seu território de abrangência.

Denise Colin expõe que está na agenda do estado do Paraná a proposta de implantação de instrumento próprio de monitoramento e avaliação, o qual permitirá acompanhar se a estrutura do sistema municipal da política atende aos requisitos do nível de gestão em que o município está habilitado. Para tanto, houve a

necessidade de elaboração de um roteiro, que está sendo aplicado em 30% dos municípios pelos Escritórios Regionais da SETP, com o intuito de realizar o monitoramento do sistema municipal de assistência social. Nesta proposta, há previsão de elaboração de pareceres técnicos pelas equipes dos Escritórios Regionais, envolvendo nestes procedimentos os órgãos gestores e conselhos, concluindo assim um sistema de monitoramento que subsidie todas as informações necessárias.

Renata Santos, representante da SETP, relata que na reunião de câmara técnica da CIB concluiu-se a revisão dos instrumentos de gestão adotados pelo gestor estadual da política de assistência social. Ela apresenta o roteiro do Relatório de Gestão, cujo primeiro item discutido foi das informações sobre o órgão gestor e seus recursos materiais. Neste campo houve alteração apenas na identificação do número de computadores e quantos possuem acesso à Internet. Com relação aos conselhos municipais de assistência social, no item entidades sociais/unidades públicas com representatividade no conselho será necessário somente preencher o nome e o CNPJ da entidade. No que tange aos conselheiros municipais as informações foram reduzidas ao nome, endereço, telefone e escolaridade de cada um deles, visto que os demais dados comparão instrumental específico de órgãos gestores e conselhos.

No quadro da rede socioassistencial houve alterações bastante significativas, e a lógica é de que seja preenchido primeiramente o equipamento e em seguida os serviços socioassistenciais que executa. Quanto ao financiamento, o gestor municipal deverá informar os recursos do tesouro municipal alocados do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, recursos da esfera estadual e federal, orçamento geral do município, montante destinado a política de assistência social, discriminando se são recursos de capital ou corrente.

Renata passa para exposição das principais alterações do roteiro do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS. O diagnóstico sócio-territorial, deverá ser preenchido logo após a identificação do município. Os integrantes da câmara técnica definiram pela criação de campos referentes as diretrizes da política, tendo em vista a relevância deste item para o planejamento.

A tela dos Benefícios Socioassistenciais, antes direcionada apenas ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, foi ampliada acrescentando os demais benefícios da política de assistência social como os Benefícios Eventuais, Programa Bolsa Família e demais benefícios de transferência de renda.

Este item contempla ainda informações do Plano de Inserção dos beneficiários, e, neste sentido, Simone Ferrari, representante do município de Toledo, sugere definição de prazo máximo das ações do Plano, além da criação de um campo de ajuda sobre a referido instrumento. Kellen Dalcin, secretária técnica da CIB, sugere o prazo de 2009 a 2011, uma vez que o Plano de Inserção é um requisito a se cumprir tanto para mudança do nível de gestão quanto para manutenção da gestão inicial, pois o preenchimento do referido Plano ultrapassa a habilitação, sendo que todos municípios devem preenchê-lo.

Por fim, os instrumentos de gestão foram debatidos, considerando as alterações necessárias e a revisão a ser realizada pela equipe técnica do NUCLEAS. Em seguida, uma nova versão será enviada via e-mail aos membros da CIB, conselheiros do CEAS, equipes dos Escritórios Regionais e outras instâncias, para leitura e envio de sugestões para posterior preenchimento pelos municípios.

Jucimeri Isolda, representante da SETP, relembra que o Sistema de Informação no Paraná foi elaborado já acompanhando a implantação da LOAS, e atualmente, o CadSUAS, regulamentado pela Portaria n.º430/2008 - CNAS, emergiu da necessidade de articulação com a União, a partir da unificação das informações estaduais com as nacionais, sendo necessário refletir sobre como estas informações serão tratadas, um processo este em que a CIB pode contribuir via processo de monitoramento dos municípios.

Denise Colin resgata que os instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação são parâmetros para construção de reordenamentos municipais e que possam ser aperfeiçoados com o processo de monitoramento da política estadual articulada com o governo federal, uma vez que há um protocolo de unificação dos mesmos.

Sandra Mancino, representante do Ministério Público do Paraná, retoma que algumas questões relativas ao monitoramento da gestão municipal do SUAS no estudo estão sendo discutidas também no CEAS, com a equipe da SETP e articulado com o Ministério Público, de forma a estimular os Promotores no acompanhamento aos municípios por meio da interlocução com os gestores. Ela informa que em breve serão encaminhados aos Promotores das Comarcas ofícios a respeito das pendências que já foram identificadas nos municípios na área de assistência social.

### **Apresentação do quadro de habilitação e análise dos pareceres dos processos:**

Kellen Dalcin apresenta o quadro de habilitação correspondente ao período de 28 de outubro a 12 de dezembro, totalizado por 17 municípios pleiteando a habilitação. Alguns destes municípios apresentaram pendências em relação ao funcionamento adequado do CRAS, e foram analisados com base na pactuação do conteúdo final do Guia, onde fica definido que os municípios nesta situação (habilitado\*) serão habilitados por meio de Resolução da CIB e a partir de sua publicação, terão seis meses para efetivar os reordenamentos necessários, com acompanhamento posterior do Escritório Regional. Além destes, foram habilitados outros 06 municípios, totalizando 09 em gestão básica e 02 em gestão plena, para os quais será elaborada resolução da CIB, a ser publicada em Diário Oficial, e posterior comunicação à CIT. Outros 06 municípios permanecem com o processo indeferido, cabendo à Secretaria Técnica o envio de memorando aos Escritórios Regionais para orientação aos gestores municipais.

| <b>Escritório Regional</b> | <b>Município</b>         | <b>Situação</b>        | <b>Análise da Secretaria Técnica</b> |
|----------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------------------|
| Curitiba                   | Piraquara                | Pleito à Gestão Plena  | Habilitado                           |
| União da Vitória           | Paulo Frontin            | Pleito à Gestão Básica | Habilitado                           |
| Cornélio Procopio          | Sapopema                 | Pleito à Gestão Básica | Habilitado                           |
| Guarapuava                 | Candói                   | Pleito à Gestão Básica | Habilitado                           |
| Guarapuava                 | Boa Ventura de São Roque | Pleito à Gestão Básica | Habilitado                           |
| Foz do Iguaçu              | Foz do Iguaçu            | Pleito à Gestão Plena  | Habilitado                           |
| Guarapuava                 | Prudentópolis            | Pleito à Gestão Básica | Habilitado *                         |
| Francisco Beltrão          | Nova Esperança do        | Pleito à Gestão Básica | Habilitado *                         |

|                  |                |                        |              |
|------------------|----------------|------------------------|--------------|
|                  | Sudoeste       |                        |              |
| Ivaiporã         | Lidianópolis   | Pleito à Gestão Básica | Habilitado * |
| Ivaiporã         | Pitanga        | Pleito à Gestão Básica | Habilitado * |
| Maringá          | Paçandu        | Pleito à Gestão Básica | Habilitado * |
| União da Vitória | Porto Vitória  | Pleito à Gestão Básica | Indeferido   |
| Umuarama         | Cafezal do Sul | Pleito à Gestão Básica | Indeferido   |
| Ponta Grossa     | Palmeira       | Pleito à Gestão Básica | Indeferido   |
| Ivaiporã         | Jardim Alegre  | Pleito à Gestão Básica | Indeferido   |
| Paranavaí        | Mirador        | Pleito à Gestão Básica | Indeferido   |
| Foz do Iguaçu    | Mercedes       | Pleito à Gestão Básica | Indeferido   |

**Plano de Providências: repasse do monitoramento do município de Foz do Iguaçu e pactuação dos Planos de Providências de Araucária e Araruna:**

Kellen Dalcin resgata que na última reunião foram pactuados os Planos de Providências de 10 municípios que apresentaram situação insatisfatória. Devido a alguns equívocos na listagem, a relação foi retificada com a inclusão dos municípios de Araucária e Araruna. Sob orientação do MDS, retomou-se o procedimento a estes dois municípios, comunicando os Escritórios Regionais para assessoria na elaboração do Plano de Providências.

O município de Araucária, cujo CRAS possuía apenas um técnico de nível superior na equipe, foi elaborado o Plano indicando o comprometimento do município em sanar a questão até o mês de junho de 2009.

Já o município de Araruna, que tinha seu CRAS em estrutura compartilhada com uma entidade socioassistencial, foi encaminhado pelo Prefeito Municipal uma justificativa via ofício à CIB, indicando a impossibilidade de previsão concreta para solucionar a pendência, pois o município está passando por um período de transição de gestão. Tal situação foi repassada ao MDS e, por orientação de sua equipe técnica, definiu-se que o recurso do Piso Básico Fixo repassado ao município de Araruna ficará suspenso no mês de dezembro. Em 2009, o procedimento será retomado no sentido de orientação ao gestor municipal e definição de novo prazo para o envio do Plano de Providências.

Sendo assim, a secretária técnica da CIB elaborará resolução indicando a pactuação do Plano de Providências do município de Araucária e registrando o procedimento a ser realizado no município de Araruna.

Com relação ao monitoramento do Plano de Providências de Foz do Iguaçu Denise Colin relata a visita realizada ao município para acompanhamento do Plano que contou com presença dos gestores estadual e federal, por meio dos representantes da proteção social básica, da proteção social especial, da diretoria de gestão do SUAS do MDS, e da SETP representada pelo NUCLEAS e pela secretária técnica da CIB. Este monitoramento consistiu em uma reunião na qual o gestor municipal apresentou quais ações previstas no Plano já haviam sido executadas e quais são as pendentes, com avaliação da necessidade de prorrogação de prazo para execução.

Posteriormente, a equipe realizou visitas *in loco* aos equipamentos e tomou conhecimento da adequação dos profissionais lotados via processo de concurso, bem como do reordenamento dos espaços físicos e ações desenvolvidas. Após estas visitas de monitoramento, a equipe da SETP e MDS definiram em conjunto com o órgão gestor alguns reordenamentos no Plano, que foram levados ao conhecimento e deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social. As principais alterações estavam relacionadas à proteção social especial, com a organização dos abrigos de adolescentes, idosos e população de rua, com previsão para execução de reordenamento até dezembro de 2009. Além disso, ampliou-se o prazo para transição da gestão do CadÚnico do Provopar para a secretaria municipal de assistência social, que passa de junho de 2009 para dezembro de 2009. Com relação ao PETI, solicitou-se ao gestor municipal a elaboração de um Plano de Ação para atendimento qualificado ao número de crianças que apresentem demanda, respeitando o repasse de recursos pelo MDS.

#### **Apresentação do Quadro Orçamentário 2009 para a assistência social:**

Denise Colin informa que a proposta orçamentária do governo do Estado para 2009 passou por aprovação no dia 15 de dezembro, estando previstas ainda mais duas votações, e portanto não há ainda informação das alterações necessárias, que serão apresentadas logo que este processo seja concluído. Fica portanto prevista para próxima reunião a apresentação das alterações que venham ocorrer neste processo.



Letícia Raymundo, representante do COGEMAS, destaca que o orçamento do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS atualmente é menor que o de muitos municípios paranaenses, registrando a indignação em relação a um orçamento muito pequeno para uma política como a de assistência social.

Jucimeri Isolda, representante da SETP, fala sobre a importância de se pontuar na CIB a discussão referente a insuficiência do orçamento do FEAS, considerando a relevância da política de assistência social e sendo esta considerada uma política estratégica. Destaca a necessidade de articulação com as demais políticas públicas e de defesa de direitos para ampliar o processo de implantação da política de proteção social no estado do Paraná e, neste aspecto, informa que está sendo pautado também no CEAS, na comissão de gerenciamento do FEAS, a articulação com a Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL, indicando a importância de priorizar em 2009, uma análise comparativa do orçamento destinado para a assistência social na relação com outros fundos, do orçamento geral e dos limites estruturais da lógica convencional. Todas estas linhas de ação serão fortalecidas com articulação na CIB, na perspectiva de dar visibilidade para a necessidade da demarcação da importância da política e do fundo estadual para os municípios.

#### **Pactuação do Calendário de Reuniões para 2009:**

Denise Colin coloca em apreciação o calendário de reuniões, sem alterações o mesmo é pactuado, com a ressalva de que possíveis mudanças poderão ocorrer, porém, estas serão previamente avisadas aos membros.

| <b>Março</b> | <b>Abril</b> | <b>Junho</b> | <b>Agosto</b> | <b>Outubro</b> | <b>Dezembro</b> |
|--------------|--------------|--------------|---------------|----------------|-----------------|
| 03           | 28           | 30           | 25            | 27             | 15              |

#### **Informes:**

**Encontro Macroregional de Capacitação de Conselheiros Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa:**

Solange Fernandes, representante da SETP, apresenta que foram realizados quatro encontros, com a participação de aproximadamente 300 conselheiros municipais, na segunda quinzena de novembro, nos municípios de Curitiba, Cascavel, Ivaiporã e Paranaíba. Durante os eventos pautou-se a discussão de eixos como o Estatuto do Idoso, o papel e função do conselheiro, e demais questões que comparecem no funcionamento dos conselhos e quais são as respostas a estas demandas.

#### **BPC na Escola:**

Ironi Camargo, representante da SETP, expõe que o referido encontro está sendo realizado no Hotel Paraná Suíte paralelamente a reunião da CIB, estando previsto para 2009 a aplicação de um questionário, no qual irá comparecer as questões pertinentes a cada área e as ações oriundas do governo federal.

#### **Encontro de Gestores Estaduais do Programa Bolsa Família:**

Nircélio Zobot, representante da SETP, relata que ocorreu entre os dias 08 e 09 de dezembro, o encontro dos coordenadores do Programa Bolsa Família da região sul e estado de São Paulo, além de representantes das áreas da saúde e educação, para debater a intersetorialidade do Programa. Em plenária foi discutido o novo parâmetro de atuação dos estados para os quais 2009 e 2010 por orientação do MDS, e nas oficinas ocorreu troca de experiência entre as áreas. Segundo Nircélio há previsão de novas reuniões em 2009.

#### **Resoluções CIB/PR:**

Kellen Dalcin comunica que foram publicadas novas Resoluções da CIB pertinentes a pactuações realizadas em reunião, e todas elas estão disponíveis no site da SETP. Encerrados os pontos de pauta, Jucimeri Isolda agradece a participação dos membros e encerra a reunião.